

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.079, DE 2017.

Projeto de Lei, do deputado Angelim, que "determina que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão "on-line" de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias".

Autor: Deputado ANGELIM

Relator: Deputado GIL CUTRIM

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei obriga a administração pública municipal, estadual e do Distrito Federal a oferecer equipamentos eletrônicos portáteis para registro de transmissão online de dados recolhidos pelos agentes comunitários de saúde - ACS e de combate às endemias - ACE.

Na exposição de motivos do projeto, o nobre Autor lembra que as atividades realizadas pelos ACS e pelos ACE envolvem a coleta diária de informações e dados.

Em apenso, encontram-se as seguintes proposições:

- Projetos de Lei nº 10.989, de 2018, de autoria do Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM, que dispõe que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis como tablets e/ou smartphones para registro e transmissão em tempo real de dados

recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias.

- Projeto de Lei nº 849, de 2019, de autoria do Deputado JESUS SERGIO, que determina que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão "on-line" de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado a análise da proposição do ponto de vista sanitário e quanto ao mérito. Eventuais ponderações acerca da redação ou da técnica legislativa deverão ser apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Como bem apontado pelo nobre Autor, às atividades dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias são de vital importância para as ações básicas de saúde. E as informações por eles coletadas alimentam sistemas, ordenam ações e fornecem dados demográficos e epidemiológicos de extrema relevância.

Nesse contexto, não resta dúvida quanto à adequação de se fornecerem equipamentos eletrônicos portáteis para que possam exercer com

qualidade suas tarefas. O mérito da propositura é, portanto, inquestionável.

Ainda, lembramos que o Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde – PIUBS do Ministério da Saúde, apto a fornecer soluções que contemplem os serviços de conectividade, disponibilização de *hardware* e *software*, manutenção de equipamentos de TI, treinamento dos profissionais de saúde e suporte técnico contínuo para uso, e já prevê a aquisição de tais equipamentos, citada explicitamente no Projeto Básico para a contratação de empresas para implantação do prontuário eletrônico. Temos notícia, todavia, de que a norma não vem sendo cumprida a contento, pois os equipamentos não estão sendo fornecidos aos profissionais.

Em face disso, apresentamos emenda à propositura em tela, visando a assegurar que a Administração Pública Federal, através do Ministério da Saúde, do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde – PIUBS fornecerá aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios equipamentos eletrônico portátil, e a manutenção do sistema que possibilite aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, fazer a transmissão on-line dos dados por eles recolhidos e que sejam efetivamente entregues aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias tais equipamentos. Para tanto, deixamos claro em seu texto tal obrigação, para que não continue se tratando de uma decisão discricionária dos gestores do SUS.

Quanto ao Projeto de Lei nº 10.989, de 2018 e ao Projeto de Lei nº 849, de 2019 apensados à Proposição em análise, cabem os mesmos argumentos que apresentamos neste Parecer, portanto rejeitando os referidos apensados, por determinarem que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão “on-line” de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias e não a União ser a fornecedora e a mantedora do citado sistema, conforme emenda do Relator.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.079, de 2017, com Emenda.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado GIL CUTRIM
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.079, DE 2017.

Projeto de Lei, do deputado Angelim, que "determina que a Administração Pública Municipal, Estadual e do Distrito Federal ofereçam equipamentos eletrônicos portáteis para registro e transmissão "on-line" de dados recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias".

EMENDA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º Que a Administração Pública Federal, através do Ministério da Saúde, do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde – PIUBS fornecerá aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os equipamentos eletrônicos portáteis e a manutenção do sistema que possibilite aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias, a transmissão on-line dos dados por eles recolhidos."

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado GIL CUTRIM
Relator